

---

# **AS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO**

---



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

---

# **AS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO**

---

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY

**COLEÇÃO  
MEMÓRIA TRIBUTÁRIA**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

MINISTRO DA FAZENDA

PEDRO SAMPAIO MALAN

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

EVERARDO MACIEL

SECRETÁRIO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL

CARLOS ALBERTO BARRETO

COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

MICHIAKI HASHIMURA

COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE

CLAUDIA MARIA DE ANDRADE CARVALHO LEAL

PROJETO MEMÓRIA DA SRF

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY

DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO

SUPERVISÃO EDITORIAL

DIRAT: DIRETORIA DE ATENDIMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS

DIRETORA: MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA COELHO LEAL

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

CEMAD: CENTRO DE EDITORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

COORDENADORA: GRACIA MARIA CRISTINO QUINTAS

REVISÃO TEXTUAL:

SANDRO DE CARVALHO TELES

CAPA:

RUBENS SAMPAIO DE MATOS

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

G589a

Godoy, José Eduardo Pimentel de.

As Alfândegas de Pernambuco / José Eduardo Pimentel de Godoy. – Brasília: ESAF, 2002  
[33] p.

ISBN: 85-7202-018-7

1. Alfândegas - Pernambuco. 2. Dirigentes Alfandegários - Pernambuco. I. Título

CDD 337.098134

# COLEÇÃO MEMÓRIA TRIBUTÁRIA

## APRESENTAÇÃO

A experiência acumulada por qualquer instituição pode e deve ser preservada para as gerações futuras. A Secretaria da Receita Federal guarda um valioso acervo de documentos e objetos, e mantém registros de sua atuação nas diferentes áreas de sua competência. Justamente por isso, o projeto “Memória da Receita Federal” vem pesquisando a história dos vários órgãos que a antecederam no comando da administração fiscal brasileira, com vistas a identificar as razões que nortearam a evolução, tanto do sistema tributário, como das estruturas organizacionais, desde os princípios da colonização até os nossos dias.

O propósito do projeto “Memória da Receita Federal” vai além de apenas documentar o passado. Busca contribuir para a consolidação da história tributária, revelar a motivação e os objetivos dos caminhos já trilhados, e, de resto, propiciar a edição de textos de referência não só para os especialistas em matéria tributária, mas para todos que tenham interesse em conhecer a história pela ótica dos impostos, como explicação, ainda que parcial, para os fatos que governam a vida do País. Assim, a Secretaria da Receita Federal, com a importante colaboração da Escola de Administração Fazendária, está lançando a Coleção Memória Tributária, conjunto de publicações que enfeixa inicialmente os trabalhos do Auditor-Fiscal da Receita Federal José Eduardo Pimentel de Godoy.

Os títulos a serem lançados nesta oportunidade são: “Dicionário de História Tributária do Brasil”, “Alfândegas de Pernambuco”, “Alfândegas do Rio de Janeiro”, “Efemérides Fazendárias”, “Tributos da França – de Clovis a Napoleão”, “As Reformas Tributárias na História do Brasil” e “Glossário de Tributos e Impostos Antigos do Mundo Inteiro”.

Inaugura esta coleção o “Dicionário de História Tributária do Brasil”, obra que, sem lugar a dúvidas, converter-se-á em valiosa ferramenta de apoio a todos aqueles que investigam a origem de nossos tributos, as razões que justificaram sua criação e suas repercussões econômicas. Ao lado dos estudos de Viveiros de Castro, de Amaro Cavalcanti e de Liberato de Castro Carreira, esse livro terá certamente um lugar na estante dos que se interessam pela evolução tributária do Brasil.

O “Dicionário de História Tributária do Brasil”, vale assinalar, não é apenas um rol de tributos, embora descreva um milhar de espécies tributárias que já vigoravam, desde o descobrimento até dias atuais. Contém verbetes especiais sobre temas como “abertura dos portos”, “administração fiscal”, “tarifas aduaneiras”, “alfândegas”, “Secretaria da Receita Federal” e “Ministros da Fazenda”. Ao lado deles, constam itens curiosos como “isenção até o fim do mundo” e “fechamento dos portos”. Esclarece, também, questões presentes em discussões contemporâneas sobre política tributária. Nele se demonstra, por exemplo, que não existe hoje no Brasil um número de tributos tão excessivo quanto se propala. Eles são em quantidade muito

menor do que os existentes nas diversas fases da nossa história. Além disso, mostra que houve, nestes quinhentos anos de Brasil, um inegável progresso na distribuição da carga tributária, na justiça fiscal e na racionalidade dos impostos e taxas. É claro que ainda há, e sempre haverá, necessidade de aperfeiçoar, de corrigir e de atualizar o sistema tributário às circunstâncias. Mas muito já foi feito e a Receita Federal pode orgulhar-se de ter contribuído expressivamente para esse aprimoramento.

A pesquisa está alicerçada em farta bibliografia, tanto de especialistas em assuntos fiscais como em obras de historiadores, além de extensos repertórios de documentação como os documentos históricos da Biblioteca Nacional, as publicações do Arquivo Nacional, os documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, além das revistas dos diversos institutos históricos estaduais e da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em um total de alguns milhares de volumes.

O dicionário e as demais obras que integram esta Coleção darão a seus leitores uma oportunidade de conhecer a fascinante história dos tributos, à qual de algum modo sempre nos vinculamos, quer como contribuintes, quer como agentes do fisco.

Por último, um registro especial sobre o autor, José Eduardo Pimentel de Godoy. Para os que não o conhecem, deve-se dizer que é seguramente o mais preparado e dedicado pesquisador contemporâneo da história dos tributos brasileiros. Nada escapa ao seu olhar atento e à sua disciplina investigativa. Explora, com rigor metodológico, essa face da história brasileira, tão pouco conhecida e tão importante para explicar a formação do Estado e da Sociedade deste País. Sua paixão pelo tema ultrapassa o compromisso meramente profissional para converter-se em verdadeiro apostolado. Não fosse pela afronta à sua modéstia, eu diria o verdadeiro nome dessa coletânea - Coleção Godoy.

Everardo Maciel  
Secretário da Receita Federal

## BIOGRAFIA



José Eduardo Pimentel de Godoy, Auditor-Fiscal da Receita Federal e membro do Instituto Genealógico Brasileiro e da Academia Amparense de Letras, nasceu em 1937, na cidade de Amparo, estado de São Paulo. Em 1959 formou-se em Direito pela PUC/Campinas. Exerceu a profissão em sua cidade natal até 1970, quando ingressou na secretaria da Receita Federal. Entre outras atividades desenvolvidas nesse órgão, foi diretor da Casa dos Contos de Ouro Preto no período de 1983 a 1985, Assessor do Secretário da Receita Federal de 1988 a 1990, e, desde 1991, é o encarregado do Projeto Memória da Receita Federal. Publicou em conjunto com Tarcísio Dinoá Medeiros, "Tributos, Obrigações e Penalidades Pecuniárias de Portugal Antigo". É autor de aproximadamente 1500 crônicas e notas sobre a história dos tributos e da administração fiscal brasileira, divulgadas pelo Boletim Central da SRF. Sua obra inclui também os volumes: Alfândega do Rio de Janeiro, As Alfândegas de Pernambuco, As Reformas Tributárias da História do Brasil, Dicionário de História Tributária do Brasil, Efemérides Fazendárias, Tributos da França "de Clóvis a Napoleão" e Glossário de Tributos e Impostos Antigos do Mundo Todo. Tem 3 filhos: Maria Luisa, estudante de Biologia, José Eduardo, economista e Maria Augusta, engenheira florestal. Nas horas vagas tem-se dedicado à história regional da baixa Mogiana, no interior paulista, assunto sobre o qual já publicou nos jornais de Amparo algumas dezenas de crônicas.





## SUMÁRIO

AS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO .....	11
DIRIGENTES DAS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO .....	15
JUÍZES DA ALFÂNDEGA E PROVIDORES DA FAZENDA REAL.....	15
JUÍZES DA ALFÂNDEGA .....	25
INSPETORES DA ALFÂNDEGA.....	26
ADMINISTRADOR DA ALFÂNDEGA .....	32
DELEGADOS DA RECEITA FEDERAL .....	32
INSPETORES DA RECEITA FEDERAL .....	32
INSPETORES DA ALFÂNDEGA.....	33
OUTRAS ADUANAS .....	33
BIBLIOGRAFIA .....	35
DOCUMENTAÇÃO .....	37



## AS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO

A costa pernambucana é um dos mais antigos pontos de povoamento do litoral brasileiro e o primeiro onde houve movimento comercial permanente, com exportação de pau-brasil e açúcar e a instalação de feitorias portuguesas, além de ser, já nos primeiros anos, freqüentado por contrabandistas e piratas franceses.

Por isso, Pernambuco desempenha papel de primeiro plano na vida brasileira desde os primeiros dias após o Descobrimento. Sua história é quase a história do açúcar no Brasil. Mas é também a história de invasões, guerras, revoluções e massacres; é a história de uma nobreza agrária rica e altiva e de um povo sempre heróico; é a história de escravos que se tornaram chefes militares, e de modestos agricultores que se lançaram ao cangaço; é a história de uma região cuja economia oscila entre a riqueza das boas safras açucareiras e a fome das grandes secas, entre a opulência da casa-grande e a miséria da senzala; é a história de quatro ciclos econômicos: do pau-brasil, do açúcar, do couro e do tabaco.

Por isso, o estudo da evolução de sua alfândega ao longo destes quase cinco séculos é do maior interesse para nós brasileiros e fazendários.

Sua primeira aduana foi instalada por volta de 1534, quando ali chegou o primeiro donatário Duarte Coelho, trazendo consigo grande número de colonos e alguns funcionários régios, para iniciar a colonização da região. Essa primeira aduana foi localizada em Olinda, provavelmente já no Varadouro da Galeota, onde é mencionada no princípio do século XVII, por Frei Vicente do Salvador em sua História do Brasil<sup>1</sup>. Os portos brasileiros ainda estavam abertos aos navios estrangeiros, dos quais se cobravam alguns tributos aduaneiros, ficando isentas as mercadorias portuguesas e as transportadas por navios lusitanos. O pessoal da repartição era reduzido: constava de um Juiz da Alfândega, ofício geralmente exercido pelo Provedor da Fazenda Real da Capitania, um feitor e almoxarife, um escrivão da alfândega, um meirinho do mar, um juiz da balança, alguns guardas de navios, além de outros servidores eventuais.

Em 1588, a aduana se situava em Olinda, pois Jerônimo de Mendonça era "Provedor da Fazenda Real na Alfândega da Vila de Olinda"<sup>2</sup>. A partir de 1591, os navios estrangeiros são proibidos de atracar nos portos brasileiros, o que fatalmente deve ter reduzido muito o movimento de todos eles, inclusive os de Pernambuco.

Em 1607 a alfândega estava em Recife e estudava-se sua volta para Olinda, conforme se afirma em carta régia datada de 7 de junho desse ano, dirigida ao Governador Geral do Brasil Diogo Botelho<sup>3</sup>.

A volta para Olinda deve ter ocorrido logo a seguir, pois, segundo os "Anais Pernambucanos", que nos dão essa informação: "O primitivo edifício da Alfândega, que era uma casa de propriedade particular, pela qual pagava a fazenda real o alu-

---

1 - Fr. Vicente do Salvador, História do Brasil, p. 114.

2 - Anais Pernambucanos, 1:347

3 - Anais Pernambucanos, 2:260

guel de trinta mil réis anuais, foi substituído por uma formosa casa para Alfândega sobre o Varadouro, construída pelo governador geral do Brasil, Gaspar de Souza, na época da sua residência em Pernambuco, entre os anos de 1613 a 1617, e onde permaneceu a repartição até o ano de 1630, quando passou para o Recife, com o fato da invasão holandesa"<sup>4</sup>.

Os holandeses, em sua invasão, incendiaram Olinda e mudam a aduana para Recife, instalando-a no Largo do Corpo Santo, onde ela ainda se encontrava em 1663, como consta de uma carta régia datada de 23 de agosto desse ano, a qual determina que a alfândega permaneça em Recife, mas que os demais órgãos governamentais voltem para Olinda. Ao que parece, os holandeses haviam edificado sua aduana em terrenos pertencentes a Luiz Álvares da Silva e a Antônio de Ávila, os quais, em 1654, reivindicaram sua propriedade, mas em 1657 já haviam sido indenizados pela Coroa, que lhes deu outros imóveis em troca. Nessa época o comando da aduana, ou seja, o cargo de juiz da alfândega, foi conferido a membros da família Rego Barros, que o mantiveram por um século.

Em 1679 as construções integrantes da alfândega flamenga estavam bastante deterioradas, necessitando urgente reconstrução. Embora não se saiba a data certa, essas obras foram efetuadas, porque em 1702 se exigia do Provedor da Fazenda Real que desse conta das despesas efetuadas com elas<sup>5</sup>.

Em 1687, o governador informava ao Rei de Portugal que a "alfândega velha" de Olinda, situada no Varadouro, estava totalmente arruinada, embora sem esclarecer se ainda sediava os serviços. O "formoso edifício" chegara ao seu final sem recuperar sua condição de sede aduaneira<sup>6</sup>.

O velho prédio da Praça do Corpo Santo continuou alojando a alfândega até 1711, quando a carta régia de 4 de fevereiro, estabeleceu a "Alfândega Grande das Fazendas de Pernambuco", que foi instalada em um prédio na rua do Trapiche. Esse mesmo ato determinou a cobrança do imposto de dez por cento sobre todas as mercadorias despachadas, cuja arrecadação deveria ser aplicada na fortificação da capitania. O mesmo diploma determinou também que o cargo de Juiz da Alfândega fosse exercido pelo Ouvidor-Geral da comarca, o que foi posteriormente revogado, voltando o cargo de juiz a ser exercido pelos provedores da fazenda real<sup>7</sup>.

A partir daí, a alfândega se fixou em Recife (ao que parece como punição aos aristocratas rebeldes de Olinda, derrotados na Guerra dos Mascates pelos comerciantes portugueses de Recife, aos quais a Coroa premiou com a mudança definitiva da sede aduaneira), mas a rivalidade entre Olinda e Recife foi sempre tão intensa que desde os tempos coloniais os documentos preferem prudentemente mencionar apenas Alfândega de Pernambuco.

---

4 - Anais Pernambucanos, 1:350

5 - Anais Pernambucanos, 2:151 e 3:505/507

6 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 35:382.

7 - Anais Pernambucanos, 3:507

Depois dessa época a aduana esteve instalada, segundo Fernandes Gama, em um pequeno armazém no bairro de São Frei Pedro Gonçalves, que no século XIX ainda era chamado de "alfândega velha", situado na então chamada Rua do Trapiche, depois Rua do Comércio<sup>8</sup>.

Em 1724, a alfândega foi transferida para o trapiche e casas de Pedro Mascarenhas, mediante o aluguel anual de 320.000 (trezentos e vinte mil réis)<sup>9</sup>. Mais tarde, por volta de 1744, cogitou-se a construção de um prédio próprio para a aduana no Forte do Matos, mas a obra foi suspensa, continuando ela no armazém de Pedro Mascarenhas até 1826. Nesse ano ela foi transferida para o convento da Madre de Deus, confiscado aos frades oratorianos da Congregação de São Felipe Neri, onde ficaria até o século XX.

Em meados do século XVIII, por volta de 1760, a capitania de Itamaracá foi incorporada a Pernambuco, trazendo inclusive sua rendosa aduana, que muitas vezes socorrera a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco com seus rendimentos para atender a despesas imprevistas. A alfândega de Itamaracá estava instalada na Vila da Conceição, na própria ilha de Itamaracá e remontava aos primeiros dias da colonização portuguesa, antes de 1540. Extinta a capitania, a alfândega desapareceu, passando o comércio externo a ser feito através de Recife.

Nessa mesma época é suprimida a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco, cujo provedor há quase um século era sempre um membro da família Rego Barros, que acumulava o cargo de Juiz da Alfândega. Esse ofício de Juiz da Alfândega passou a ser desempenhado geralmente pelos Ouvidores da Comarca.

Em 1834 é extinto, como em todas as demais aduanas, o cargo de Juiz da Alfândega, substituído pelo ofício de Inspetor da Alfândega. Mas só em 1835 o primeiro inspetor tomaria posse do cargo.

Em 1880 um grave incidente entre o Inspetor interino da alfândega, Antônio Ignacio de Mesquita Neves e o pessoal da guardamoria resultou num inquérito contra estes, por não terem sido encontrados em seus postos no horário de expediente. Absolvidos no inquérito, os funcionários abriram violenta campanha pela imprensa contra o Inspetor, que os suspendeu por injúria e calúnia. O Tribunal do Tesouro Nacional, entretanto, na Decisão nº 190, de 1880, determinou que essa penalidade era ilegal, por não estar prevista no caso e recomendou ao inspetor que procedesse pelas vias judiciais, ao mesmo tempo em que o substituiu por Cândido Fabrício Gomes de Castro, com o encargo de restabelecer a paz na conturbada aduana.

Já no século XX surge uma violenta polêmica entre o Inspetor da Alfândega de Recife e o Inspetor da Fazenda Manoel Jansen Muller, que resultou em uma enxurrada de artigos ferinos publicados pelos jornais do Rio de Janeiro, reunidos por este último, em parte, em livro com o título "As Façanhas de Manoel Pinto da Fonseca".

8 - Fernandes Gama, Memórias Históricas da Província de Pernambuco, 52 - Anais Pernambucanos, 2:158.

9 - Anais Pernambucanos, 3:508

Apesar de se manter como a mais importante repartição aduaneira do Nordeste, a Alfândega de Pernambuco perdeu importância relativa durante todo o século XX, em consequência da decadência da agroindústria açucareira. A implantação da SUDENE reativou um pouco o seu movimento e a construção do porto de Suape promete torná-lo um dos mais modernos do Brasil, mas a volta de seus melhores dias dependerá de como irá se comportar a economia regional no futuro.

A implantação da S.R.F. importou na absorção da alfândega pela Delegacia da Receita Federal de Recife. Em 1978 os serviços aduaneiros foram desmembrados da D.R.F./Recife, com a criação da Inspeção da Receita Federal em Recife. Recentemente, esta passou a se denominar Inspeção da Alfândega do Porto de Recife.

## DIRIGENTES DAS ALFÂNDEGAS DE PERNAMBUCO

Como já constou antes, as aduanas foram dirigidas de 1534 a 1834 por funcionários denominados "juízes da alfândega". A partir daí, é criado o cargo de "inspetor da alfândega", que se mantém até 1968, quando, por um breve período, muda de denominação para "administrador da alfândega". A implantação da Secretaria da Receita Federal em princípio de 1969 resulta na incorporação da Alfândega de Recife à Delegacia da Receita Federal da mesma cidade, passando os "Delegados da Receita Federal" a serem os dirigentes também da parte aduaneira. Desmembrados os serviços aduaneiros, em 1978, com a criação da Inspeção da Receita Federal, passaram os "Inspetores da Receita Federal" a chefiá-los até 1992, quando foi restaurada a denominação "Inspetor da Alfândega".

### Juízes da Alfândega e Provedores da Fazenda Real

**FRANCISCO DE OLIVEIRA** - Nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e juiz de sua alfândega em 10 de janeiro de 1537. Em 3 de agosto de 1556 foi-lhe dado sucessor, por já ser falecido, mas já fora substituído antes, em 1549, por Bartolomeu Rodrigues. FONTES:- História Administrativa do Brasil/DASP, 1:75 - História da Colonização Portuguesa do Brasil, 3:199 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 35:37 e 362.

**BARTOLOMEU RODRIGUES** - "Cavaleiro da Casa do Infante D. Luiz", foi nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 19 de agosto de 1549. É mencionado nesse cargo em 30 de agosto de 1551 e em 8 de abril de 1552. FONTES:- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 14:194, 35:37 e 37:314 e 433.

**DIOGO GONÇALVES VIEIRA** - Cavaleiro da Casa Real, Provedor e Contador da Fazenda Real e Juiz da Alfândega da Capitania de Itamaracá desde 1549, foi nomeado para iguais cargos na capitania de Pernambuco em 17 de março de 1556. A partir de 14 de dezembro desse ano passa a acumular também os cargos de Juiz da Balança das alfândegas de ambas as capitanias. Entretanto, pouco ficou nestes últimos ofícios, porque foi suspenso em fevereiro de 1557 e já era falecido em 21 de Julho de 1558, quando seu filho menor, Miguel Gonçalves Vieira foi designado por um "alvará de lembrança" para sucedê-lo. FONTES:- Mello Moraes, Chronica Geral do Império do Brazil, 1:103 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 14:379; 35:44, 202, 336, 362 e 370; 37: 33 - História da Colonização Portuguesa do Brasil, 3:199 - Anais da Biblioteca Nacional, 75:10.

**PEDRO RODRIGUES ANZULLO** - Foi nomeado Provedor da Fazenda Real das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, em lugar de Diogo Gonçalves Vieira, suspenso em 20 de fevereiro de 1557. Teria sido nomeado também Feitor e Almoxarife

de Pernambuco nesse mesmo ano. FONTES:- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 35: 380 - Cartas de Duarte Coelho a El-Rei, notas de J.A.G. de Mello e C.X., 111.

**FRANCISCO DE CALDAS** - Nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e Juiz de sua alfândega, em 21 de julho de 1558, cargos que estavam vagos por morte de Diogo Gonçalves Vieira, enquanto o filho deste, Miguel Gonçalves Vieira, não os pudesse servir por lhe faltar idade. Ainda estava no cargo por volta de 1573, época em que fez uma entrada ao sertão do Rio São Francisco, em companhia de Gaspar Dias de Ataíde e do chefe dos tabajaras, Braço de Peixe, na qual aprisionou sete mil índios. Na volta da bandeira, os tabajaras desconfiaram de que estavam sendo traídos pelos brancos e os massacraram, ocasião em que pereceu o provedor Francisco de Caldas. Serafim Leite dá Francisco de Caldas como vivo ainda em 1576. FONTES:- Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, 182 - Anais Pernambucanos, 1:361 - Carvalho Franco, Dicionário de Bandeirantes, 88 - Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, 6:552 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 35:452 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 109:60.

**MARTIM DE CARVALHO** - Usava indevidamente do título de Provedor Mor da Fazenda Real de Pernambuco, quando era apenas Provedor dessa Capitania em 1572 e 1584. Havia sido antes, sertanista em Porto Seguro, por volta de 1567, ano em que chefiou uma bandeira que subiu o rio Jequitinhonha em busca de ouro. Chegou ao que parece até a região de Itacambira e vagueou pelos sertões das nascentes dos rios Doce, Mucuri e São Mateus, descendo para o litoral pelo curso deste último. Mais tarde integrou a malograda expedição da esquadra de D. Diogo Flores de Valdez à Paraíba, acompanhando o Ouvidor Geral Martim Leitão. Em 1584 determinou a prisão do Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e Itamaracá, Miguel Gonçalves Vieira, por peculato, mas este conseguiu justificar-se e ser reintegrado. Nesse mesmo ano Martim de Carvalho atritou-se violentamente com o novo Ouvidor Geral do Brasil Cosme Rangel. Foi casado com Luísa Dória e teve um engenho em Caípe. Acusado pela Inquisição nos últimos anos do século XVI, foi preso e remetido para o reino. FONTES:- Carvalho Franco, Dicionário de Bandeirantes, 106 - Pedro Calmon, Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico de Frei Jaboatão, 1:449 - Pedro Calmon, História do Brasil, 3:39 - Gabriel Soares de Souza, Tratado Descritivo do Brasil, 53 - Varnhagen, História Geral do Brasil, 1:388 - Costa Porto, Nos Tempos do Visitador, 77

**MIGUEL GONÇALVES VIEIRA** - Filho de Diogo Gonçalves Vieira, era menor em 1558, quando seu pai faleceu e ele foi nomeado por um "alvará de lembrança" sucessor nos ofícios de Provedor e Contador da Fazenda Real e Juiz das Alfândegas das capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Em razão de sua menoridade só assumiu esses cargos em 1577, quando sua nomeação foi confirmada por um outro alvará



de 23 de agosto desse ano. Em 1584 foi objeto de graves denúncias por parte do pretense Provedor-Mor da Fazenda Real Martim de Carvalho, e acusado de "grandes roubos e furtos à Fazenda de Sua Majestade" apurados nos livros da alfândega. Tendo fugido para o exterior, após ser colocado em prisão domiciliar, foi caçado em todo o Reino (isto é, praticamente nos cinco continentes...), mas conseguiu justificar-se e ser reintegrado nos cargos que ocupava. É mencionado nesses ofícios em 1601, 1602, 1603 e 1613, ano em que determinou a prisão e o seqüestro dos bens de todos os mercadores estrangeiros em Pernambuco. Era proprietário de uma grande sesmaria de cinco léguas de costa por oito léguas de sertão no litoral da Alagoa do Norte, que lhe fora dada pelo donatário Jorge de Albuquerque Coelho. FONTES:- Mello Moraes, *Chronica Geral*, 1:103 - Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1:388 e 2:98 - *Anais da Biblioteca Nacional*, 61:65 e 67 e 75:10 - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 121:47 - *Anais Pernambucanos*, 2:90.

**MANUEL RIBEIRO DE LACERDA** - A única informação que se tem dele é a de que serviu de Provedor da Fazenda Real em Pernambuco ao tempo do segundo donatário. Era pai de Antônio Ribeiro de Lacerda que também serviu de Provedor da mesma capitania. É possível que tenha servido ou durante a menoridade de Miguel Gonçalves Vieira ou durante o período em que este esteve foragido e afastado do cargo. FONTE:- Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, 47:449.

**JERÔNIMO DE MENDONÇA** - Nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 5 de dezembro de 1586. Ainda estava no cargo em 19 de agosto de 1588, data em que, na alfândega de Olinda concedeu a isenção régia de impostos a Fernão e Diogo Soares, por terem construído engenho de açúcar. Em 1589 e 1590 era Escrivão da Provedoria, ainda na Alfândega de Olinda. FONTES:- *Anais da Biblioteca Nacional*, 75:35 - *Anais Pernambucanos*, 1: 347, 361, 372, 540, 552, e 581.

**DIOGO CIRNE** - Nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco por alvará de 18 de setembro de 1590, pelo prazo de 3 anos, mas é mencionado como ocupante desse cargo em 1597 e 1607 e em 1613, quando pretendia renunciar ao cargo em favor de Antônio Barreiros, mas ainda participou de uma reunião no dia 2 de agosto de 1614, sobre a expulsão dos franceses do Maranhão. Ao que parece revezou no cargo com Miguel Gonçalves Vieira, durante esse período. FONTES: - Mello Moraes, *Chronica Geral*, 1:167 - Hélio Galvão, *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, 267 - *Anais da Biblioteca Nacional*, 61:63 e 75:58 - *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 14:216 e 15:299 e 305 - *Anais Pernambucanos*, 1:361 e 2:325.

**SIMÃO FALCÃO DE SOUSA** - Foi Provedor da Fazenda Real de Pernambuco no final do século, sucedendo a Diogo Cirne. Era português, natural de Évora, e faleceu em 1609. Foi capitão de ordenanças e participou com muita bravura

da conquista da Paraíba em 1584 e 1585. Parece ter sido também vereador em Olinda em 1608. FONTES:- Varnhagen, História do Brasil, 1:385 e 2:104 - Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: Anais da Biblioteca Nacional, 47:324 e 472- Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, 223, 227 e 235.

**GASPAR CARNEIRO** - Uma única menção a seu respeito "Gaspar Carneiro, que foi Provedor-mor da Capitania de Pernambuco". A época parece ser 1590 ou 1591. FONTE:- Sônia Aparecida Siqueira, O Comerciante João Nunes, in: Portos, Rotas e Comércio, 1:233.

**DIOGO DE QUADROS** - Um dos personagens mais fascinantes do final do quinhentismo e começo do seiscentismo. Português, vindo para o Brasil em 1591 com o Governador D. Francisco de Souza, exerceu o posto de Capitão-Mor de Sergipe de 1595 a 1600. Nessa ocasião capturou Pain de Mil, corsário francês que roubara em Arguim, na África, uma imagem de Santo Antônio, a qual atirada ao mar, veio dar à costa da Bahia, onde foi recolhida e é venerada até hoje. Pain de Mil, ou "Pão de Milho", foi enforcado junto com os demais piratas aprisionados. Em 1601 servia como Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, ocasião em que Salvador Correa de Sá lhe trouxe nove barrís de prata. Em 1605 estava em São Vicente como Provedor das Minas, encarregado de construir em sociedade com seu cunhado Francisco Lopes Pinto e com o espanhol Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, dois engenhos de ferro, um dos quais em Araçoiaba, nas proximidades da atual Sorocaba. Organizou várias entradas ao sertão sob o pretexto da busca de metais preciosos, mas na verdade para cativar índios. Teria sido também Provedor da Fazenda Real de São Vicente em 1609. Em 1614 orientou pessoalmente uma entrada que teve como chefe André Fernandes e que foi ao sertão do Paraupava, hoje identificado como o trecho inferior do rio Araguaia. Permaneceu como Provedor das Minas de São Paulo até 1617, ano em que se retirou para a Índia Portuguesa. FONTES:- Taunay, História Geral das Bandeiras Paulistas, 2:73 - Carvalho Franco, Dicionário de Bandeirantes, 321 - Mário Neme, Notas de Revisão da História de São Paulo, 353 e 365 - Ignacio Accioli, Memórias Históricas da Bahia, 1:424 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 159:130 - Anais Pernambucanos, 2:184.

**MANUEL DE SOUSA DE EÇA** - Um dos grandes heróis militares do Brasil Colônia, capitão de infantaria, grande "língua" (intérprete junto aos índios), filho de Luís Alvares de Espina, de uma das famílias mais importantes da capitania de Ilhéus, foi nomeado Provedor da Fazenda Real da Paraíba em 1613 e logo a seguir ocupou o mesmo cargo em Pernambuco, juntamente com o de Provedor de Defuntos e Ausentes. Foi obrigado a deixar esses ofícios para participar da expedição ao Rio Amazonas, que resultou na fundação de Belém, e na reconquista do Maranhão e do Ceará ao franceses. Comandou um dos navios na expedição que fundou a capitania do Ceará e teve um reencontro com tropas francesas que desembarcaram em Jericoacoara. Provedor da Fazenda Real do Rio das Amazonas em 1616, Provedor

da Fazenda Real do Maranhão em 1617, teria sido também provedor e contador na Bahia neste último ano. Esteve preso em Portugal de 1619 a 1624, por motivos ignorados, possivelmente uma desavença com Feliciano Coelho de Carvalho. Foi Capitão-Mor e governador do Pará de 1626 a 1629. Teria fundado a fortaleza de Gurupá. Novas desavenças com Feliciano Coelho de Carvalho o levaram novamente à prisão, onde morreu. FONTES:- Carvalho Franco, Dicionário de Bandeirantes, 345 - Pedro Calmon, Introdução e Notas ao Catálogo de Frei Jaboatão, 2:538 - Pedro Calmon, História do Brasil, 1:334 nota - Varnhagen, História Geral do Brasil, 2:170 e 171 - Anais da Biblioteca Nacional, 26:222; 61:136, 171, 173 e 174; 75:67 e 72 - Berredo, Anais Históricos do Estado do Maranhão, 235 - Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, 333.

**CONSTANTINO DE CADENA** - Foi nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 10 de março de 1614. FONTE: - Anais da Biblioteca Nacional, 75:68.

**DOMINGOS DA SILVEIRA** - Nomeado Provedor da Fazenda Real em Pernambuco em 20 de setembro de 1618. Ainda vivia em 1638. Talvez seja o mesmo que comprou terras em Itapirema e era morador em Mussurepe. FONTES :- Anais da Biblioteca Nacional, 75:77 - Anais Pernambucanos, 1:364, 383 e 2:238.

**MANUEL DE MATOS** - Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 1618, e em 1622, estava preso no Reino, no final desse ano. FONTES:- Livro Primeiro do Governo do Brasil, 206 - Anais da Biblioteca Nacional, 58: 7 e 11.

**ANTÔNIO RIBEIRO DE LACERDA** - A única referência que existe é a dos genealogistas Borges da Fonseca e Jaboatão, de que teria sido Provedor da Fazenda Real em Pernambuco antes da invasão holandesa, sem outra indicação. Pode ser o mesmo que foi almoxarife da alfândega de Pernambuco, nomeado em 1575. Mas é mais provável que tenha exercido a provedoria na década de 1620. FONTES:- Pedro Calmon, Introdução e Notas ao Catálogo de Frei Jaboatão, 1:51 - Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: Anais da Biblioteca Nacional, 48:47 e 205 - Mello Moraes, Chronica Geral, 1:95.

**GREGÓRIO DA SILVA DE ALMEIDA** - É mencionado como Provedor da Fazenda de Pernambuco em 21 de junho de 1623 e em 20 de fevereiro de 1624. Depois aparece nomeado Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1632. São as únicas notícias que existem sobre ele. Talvez seja o mesmo Gregório da Silva que era protegido do Governador-Geral D. Diogo de Mendonça Furtado, referido por Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos. FONTES:- Anais da Biblioteca Nacional, 61: 104 e 105 e 75:101 - Anais Pernambucanos, 2:372 - Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, 353.

**JOÃO RABELO DE LIMA** - Aparece como Capitão-Mor da Paraíba em 20 de agosto de 1616, ocasião em que estava sendo submetido à "residência" (correição

que se fazia sempre que algum funcionário terminava seu tempo de serviço). É mencionado como Provedor e Contador da Fazenda Real de Pernambuco em 8 de março de 1623, data em que mandou autuar Manuel Nunes Lisboa, feitor do contrato de Angola, ou seja do tráfico de escravos. Posteriormente esteve no Reino, onde escreveu um "Discurso sobre Pernambuco". Mais tarde foi nomeado "para ir ao Brasil verificar os açúcares que se carregavam para o reino e outras matérias de importância para a Fazenda Real, mas falecera antes de embarcar". FONTES:- Anais da Biblioteca Nacional, 61:104 e 74:327 - Castro e Almeida, Inventário, 6:18 - Manuscritos da Casa de Cadaval, 1:394.

**BARTOLOMEU FERRAZ DE MENESES** - Seu histórico funcional é bastante confuso. Nomeado capitão de Massangano (provavelmente na África), pediu em 11 de setembro de 1626 para ser Provedor da Fazenda de Pernambuco, cargo para o qual já havia sido provido antes de 25 de junho de 1625. Sua nomeação foi confirmada 3 de abril de 1631, mas ainda não havia tomado posse do cargo nessa data. Depois disso, há vários documentos em que pleiteia tomar posse, mas esta lhe é indeferida por se achar Pernambuco ocupado pelos holandeses. Ao que parece, nunca chegou a exercer os ofícios fazendários para os quais fora nomeado. FONTES:- Anais da Biblioteca Nacional, 58:148; 61:70, 79 e 108 e 75:100.

**MIGUEL LOPES DA FONSECA** - Só existe uma menção sobre ele: uma consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1627, "sobre os excessos que o Provedor da Fazenda que foi da Capitania de Pernambuco Miguel Lopes da Fonseca cometeu no dito ofício". FONTE: - Anais da Biblioteca Nacional, 58:84.

**ANDRÉ DE ALMEIDA FONSECA** - Licenciado, foi nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 16 de Janeiro de 1625, nomeação essa confirmada em 5 de agosto desse ano e renovada em 20 de abril de 1631. Foi o último Juiz da Alfândega de Olinda, pois em 1630 os holandeses tomaram a vila. Nessa ocasião André de Almeida Fonseca demonstrou grande sangue-frio, tomando a si a tarefa de salvar as armas e pólvora, que conduziu em carros para fora da vila. Essas munições permitiram a Matias de Albuquerque organizar a resistência e mantê-la durante quatro ou cinco meses. Foi também André de Almeida Fonseca quem escolheu o local do Arraial do Bom Jesus para se prosseguir na luta. Em 1635 ainda era Provedor da Fazenda e lutava contra os holandeses, e durante a retirada para a Bahia, "tirou de vassa contra dois traidores que foram ter com o inimigo para facilitar-lhe a entrada em Porto Calvo, aos quaes o provedor quasi mandou enforçar". Em alguns documentos é mencionado como André de Almeida Junqueira. FONTES:- Anais da Biblioteca Nacional, 61:107 e 75:91 - Mello Moraes, Chronica Geral, 1:279 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 81:39 - Pedro Calmon, História do Brasil, 2:537.

**PAULO DE ARAÚJO DE AZEVEDO** - Outro que, ao que parece, foi nomeado Provedor da Fazenda de Pernambuco, mas não conseguiu tomar posse. Rece-

beu a nomeação em 1640, por seis anos, em recompensa dos serviços prestados na guerra contra os holandeses. Em 1645 esse provimento foi renovado, o mesmo ocorrendo em 1649 e e 1651, ocasiões em que requereu que fosse empossado no ofício "logo que a praça fosse restaurada". FONTES:- Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: Anais da Biblioteca Nacional, 48:377 - Anais da Biblioteca Nacional, 58:275 e 75:138 e 159 - Cleonir Xavier de Albuquerque, A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa, 23 e 37.

**MANUEL ÁLVARES DEUS DARÁ** - Mais um personagem curioso e heróico das guerras holandesas. Português de Palmeira, em Braga, sapateiro, foi casado, entretanto com a filha do vedor del-Rei, D. Aldonça de la Penha. Apesar de sua modesta origem, educou o filho Simão em Coimbra, onde bacharelou-se. Manuel Álvares foi prisioneiro dos holandeses em Recife, período em que, com grave risco de vida, forneceu informações aos pernambucanos sobre a situação do inimigo. Passando-se para o campo brasileiro, tornou-se responsável pelo abastecimento das tropas, o que fez com seus próprios bens. Quando faltava alguma coisa para abastecer o exército dizia que não havia razão para preocupação, porque "Deus dará". O Rei, reconhecendo seus serviços, o enobreceu, concedendo-lhe brasão de armas com essa alcunha e nomeando-o proprietário do cargo de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 23 de agosto de 1645, com a faculdade de indicar quem quisesse para o ofício. Em 13 de abril de 1646 renunciou ao cargo em favor do filho Simão Álvares de la Penha Deus Dará. FONTES: - Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: Anais da Biblioteca Nacional, 47:281 - Cleonir Xavier de Albuquerque, A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa, 23 - Pedro Calmon, Introdução e Notas ao Catálogo de Frei Jaboatão, 1:144/146 - Anais da Biblioteca Nacional, 37:164 e 75:139.

**COSME DE CASTRO PASSOS (OU PESSOA)** - Natural de Olinda, a princípio entendeu-se com os invasores holandeses, chegando a ser escabino de Olinda entre 1640 e 1645. Em 25 de Agosto de 1646, entretanto, avisa os pernambucanos da iminência do ataque holandês e passa-se para o lado brasileiro. Em consequência, perdeu sua considerável fortuna, confiscada pelos invasores. Em 1653 foi nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco. Foi também encarregado de estabelecer uma Santa Casa de Misericórdia provisória no acampamento da Várzea em 1654, para atender aos soldados feridos. Na rendição dos invasores coube-lhe como Provedor da Fazenda Real fazer o levantamento dos bens que os holandeses tinham em Pernambuco, aos quais indenizou com uma partida de pau-brasil. Instalou a Fazenda Real nos prédios da Praça do Corpo Santo, no bairro do Recife logo depois da tomada da povoação. Ainda estava no cargo em 1657. FONTES:- Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 1:104 - Anais da Biblioteca Nacional, 25:54; 28:299; 61:112 e 75:172 - José Antônio Gonçalves de Mello, Fontes para a História do Brasil Holandês, 504 - Loreto Couto, Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, in: ABN, 25:54 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 18:237 (1654).

**FRANCISCO DE MESQUITA** - Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, nomeado em 7 de abril de 1664, ficou nesse cargo até princípios de 1666. Havia sido Escrivão da Fazenda desde 1657. FONTES:- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 4:328 - Anais da Biblioteca Nacional, 75:189 - Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 2:85, 88 e 92 - Anais Pernambucanos, 1:365.

**JOÃO BATISTA PEREIRA** - Nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 5 de maio de 1665. Era proprietário desse ofício e o exerceu até 1669, ano em que faleceu. FONTES:- Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 2:90 - Anais da Biblioteca Nacional, 75:192 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 9: 248 e 366; 22:250 e 23:391.

**JOÃO GOMES DE MELO** - Assumiu a serventia do cargo de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 1669, em virtude do falecimento do proprietário do ofício, João Batista Pereira. João Gomes exerceu a serventia desse cargo até 1671. Era natural do Cabo de Santo Agostinho, Sargento-Mor, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo. FONTES:- Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: ABN, 47:225 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 4:366 e 458 e 23:391 - Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 2:107 - Anais Pernambucanos, 1:365.

**ANDRÉ PINTO BARBOSA** - Provedor da Fazenda Real de Pernambuco de 1672 a 1675. Em 1673 uma grande queda na arrecadação tributária levou o Governador Brito Freire a lhe ordenar que cobrasse aluguéis dos prédios governamentais cedidos a particulares. FONTES:- Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional, 1:423; 2:118, 123 e 126 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 67:232 - Anais Pernambucanos, 4:69.

**LUÍS DO REGO BARROS** - Fidalgo da Casa Real, era Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, interino, em 31 de agosto de 1675, em lugar do titular, seu irmão João do Rego Barros (I), que se encontrava no reino. Faleceu no exercício desse cargo. Tinha combatido com vigor na guerra contra os holandeses, participando das batalhas das Tabocas e dos Guararapes e de muitos outros combates. FONTES:- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 28:12 - Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: ABN, 48:212 - Anais Pernambucanos, 1:365 e 3:369.

**JORGE LOPES ALONSO** - Natural de Serinhaem, Sargento-Mor, serviu como Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, por nomeação do Governador D. Pedro de Almeida, desde o falecimento de Luís do Rego Barros até 17 de setembro de 1676, substituindo o proprietário João do Rego Barros, que se encontrava ausente em Portugal. Naquela data foi sucedido por Francisco do Rego Barros, filho do proprietário. Jorge Lopes Alonso, segundo Pereira da Costa, "serviu às armas e às letras, e em ambas foi insigne". Em 4 de janeiro de 1698 foi promovido a Mestre de Campo. FONTES:- Loreto Couto, Desagravos do Brasil, 55 - Documentos Históricos

da Biblioteca Nacional, 10:235 e 26:135 e 137 - Anais da Biblioteca Nacional, 93:56 - Anais Pernambucanos, 1:365.

**FRANCISCO DO REGO BARROS (I)** - Fidalgo da Casa de Sua Alteza, Cavaleiro da Ordem de Cristo, filho do proprietário do ofício de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros (I), foi nomeado para servir interinamente o cargo em 17 de setembro de 1676, em virtude de haver falecido seu tio Luiz do Rego Barros, que estava servindo esse emprego. Provisoriamente o cargo estava em mãos de Jorge Lopes Alonso, que não pertencia à família. O proprietário João do Rego Barros estava no Reino, onde obtivera a sua nomeação. Francisco do Rego Barros serviu depois, em 1684, como Ouvidor e Auditor da Gente de Guerra da Paraíba, onde foi considerado pela Coroa como "pessoa idônea e benemérita". Também foi elogiado pelo Rei pela "particular satisfação que tenho de seu procedimento no exercício que teve de Provedor de Pernambuco". FONTES:- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 26:135 e 137; 33:66 - Loreto Couto, Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, in ABN, 25:55.

**JOÃO DO REGO BARROS (I)** - Pernambucano, Capitão-Mor, governador da Paraíba em 1663, fidalgo da Casa Real, Comendador de Cristo, fundador da capela de Nossa Senhora do Pilar em Recife, provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1692, adquiriu a propriedade do ofício de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e Juiz de sua alfândega, pelo "donativo" de 12.000 cruzados, uma fortuna que ofereceu ao Rei, sendo nomeado por carta régia em 19 de julho de 1675. Jurou esse cargo na Chancelaria-mor do Reino em 10 de agosto do mesmo ano. Foi substituído interinamente em 1692 pelo Desembargador Belchior Ramires de Carvalho. Serviu o ofício até 27 de outubro de 1697, data em que faleceu. FONTES:- Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 2:135, 141, 144 e 148 - Taunay, História Geral das Bandeiras Paulistas, 8:118 - Anais da Biblioteca Nacional, 71:206 - Manuscritos da Casa de Cadaval, 1:244 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 10:198, 220, 260 e 272; 28:9 e 64:276 - Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: ABN, 47:493 - Publicações do Arquivo Nacional, 9:165.

**INÁCIO DE MORAES SARMENTO** - Ouvidor e Auditor-Geral da Capitania de Pernambuco e Juiz Conservador das Causas e Administrações da Junta desde dezembro de 1694, assumiu interinamente, em 16 de janeiro de 1698, o cargo de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, vago pela morte de João do Rego Barros (I), ocupando-o até julho desse ano. Em 1699 foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia. FONTES:- Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 3:156 e 157 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 38:448 e 58:15 - Anais da Biblioteca Nacional, 93:29 e 71 - Anais Pernambucanos, 1:366.

**MANUEL DA COSTA RIBEIRO** - Também Ouvidor e Auditor em Pernambuco, foi nomeado interinamente Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfân-

dega de Pernambuco em 29 de julho de 1698, em lugar de Inácio de Moraes Sarmento. Depois disso, em 1700, foi Juiz e Superintendente da Casa da Moeda de Recife. FONTES:- Anais Pernambucanos, 1:365 - Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 3:152, 161 e 162 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 38:451.

**JOÃO DO REGO BARROS (II)** - Filho de André do Rego Barros, "serviu de Provedor da Fazenda Real, por morte de seu primo João do Rego Barros e durante a menoridade de seu cunhado e sobrinho (sic) João do Rego Barros, segundo provedor proprietário" (Borges da Fonseca). Foi nomeado por carta datada de 21 de Janeiro de 1699. Serviu até 1704, quando foi sucedido por seu parente João do Rego Barros (III). FONTES:- Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: ABN, 48:206/207 - Anais da Biblioteca Nacional, 93:68 - Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 3:165.

**JOÃO DO REGO BARROS (III)** - Filho de Francisco do Rego Barros, neto de João do Rego Barros (I), serviu de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco de março de 1704 a novembro de 1738, quando faleceu. Participou ativamente da Guerra dos Mascates, tendo sido um dos que votou pela proposta de Bernardo Vieira de Melo de se constituir uma república em Olinda. Travou vários combates e acabou preso quando da derrota dos olindenses, mas em 1716 estava no exercício do cargo. FONTES: - Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, in: ABN, 48:206/207 - Loreto Couto, Desagravos do Brasil, in: ABN, 25:55 - Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 3:169 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 98:267.

**FRANCISCO DO REGO BARROS (II)** - Bisneto de João do Rego Barros (I), filho de João do Rego Barros (III), serviu como Provedor da Fazenda Real de Pernambuco de novembro de 1738 até junho de 1750. Havia nascido na Paraíba. FONTES:- Anais da Biblioteca Nacional, 28:468 - Loreto Couto, Desagravos do Brasil, in: ABN, 25:55.

**ANTÔNIO TEIXEIRA DA MATA** - Mencionado como Provedor da Fazenda Real e da Alfândega de Recife em 1750. Era Juiz de Fora do Recife e provavelmente serviu em caráter interino. FONTES:- Anais Pernambucanos, 5:448 - Anais do IV Congresso de História Nacional, 11:207 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 91:95.

**BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS** - Natural de Olinda, filho de Diogo Rodrigues Pereira e de D. Maria de Sousa de Vasconcelos, serviu de Provedor interino em 1751. Em 1770 era Escrivão da Junta da Fazenda Real e da Receita e Despesa do Tesoureiro-Geral. FONTES:- Loreto Couto, Desagravos do Brasil, in: ABN, 25:56 - Anais Pernambucanos, 6:305.

**JOÃO DO REGO BARROS (IV)** - Trineto de João do Rego Barros (I), filho de Francisco do Rego Barros (II), serviu interinamente de Provedor da Fazenda Real



de Pernambuco em 1751. Voltou a exercer o cargo em 1757 e nele se manteve até 1769 quando a Provedoria da Fazenda Real foi abolida. FONTES:- Studart, Notas para a História do Ceará, 104 e 110 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 98:154, 211 e 267 - Loreto Couto, Desagravos do Brasil, in: ABN, 25:56.

**JOÃO RODRIGUES COLAÇO** - Bacharel, Juiz de Fora da Cidade de Olinda, estava servindo de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco no primeiro semestre de 1754. Em 1759 era Juiz de Capelas. FONTES:- Anais Pernambucanos, 4:241 - Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, 91:187/188.

### Juízes da Alfândega

**FRANCISCO JOSÉ DE SALES** - Nomeado Juiz da Alfândega em 7 de fevereiro de 1793. Havia sido nomeado Ouvidor em 1774. Era pernambucano e poeta muito elogiado. Faleceu em idade avançada em 1810. FONTES:- Anais Pernambucanos, 1:589 e 6:316 e 407.

**CAETANO FRANCISCO LUMACHI DE MELO** - Militar na juventude, foi Escrivão da Mesa Grande da aduana de Pernambuco, cargo para o qual foi nomeado por alvará de 31 de janeiro de 1799, serviu de Juiz interino da Alfândega de 1822 a 1824. Subescreveu em 1823 um mapa da importação e exportação da mesma aduana que chegou até nossos dias. Prestou corajoso depoimento como testemunha no processo contra Frei Caneca, inocentando os acusados. Faleceu em 1827. FONTE:- Anais Pernambucanos, 8:393 - Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres, 236/239 - O Typhis Pernambucano, 260.

**DOMINGOS MALAQUIAS DE AGUIAR PIRES FERREIRA** - Barão de Cimbres. Comerciante em Recife, onde nasceu a 3 de novembro de 1788, estudou matemática em Coimbra e depois na Inglaterra, e foi lavrador nas terras do engenho Macaú, ocupação que deixou para assumir o ofício de adjunto do administrador da estiva da Alfândega de Pernambuco em 1816. Aderiu à Revolução de 1817, cujo governo o nomeou secretário e intérprete da embaixada nos Estados Unidos. Derrotada a revolta, abrigou-se na Europa, indo estudar na França. Voltando a Pernambuco elegeu-se deputado às Cortes de Lisboa em 1821, razão pela qual retornou à Europa. De novo no Brasil, foi nomeado Presidente da Província de Alagoas, cargo que recusou, e depois, em 1824, Inspetor da Alfândega de Recife. Exerceu por pouco tempo esse ofício, por ter sido eleito deputado geral. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde mais tarde, em 1837, foi nomeado Diretor do Troco do Papel Moeda. Mais uma vez em Pernambuco, foi Vice-Presidente dessa Província por duas vezes, tendo-a governado de 17 de junho a 15 de julho e 1848. Comendador da Ordem de Cristo em 1829, Oficial da Ordem da Rosa em 1849, foi nomeado Barão de Cimbres com grandeza, em 2 de Outubro de 1855. Faleceu em 1859. FONTE:- Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres, 253/256.

**JOSÉ DE PINHO BORGES** - Era Juiz da Alfândega de Recife em 1826, quando esta se instalou no prédio do antigo Convento da Madre de Deus. Ainda estava no cargo em 1831, parecendo também que voltou a ocupá-lo em julho de 1834. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9:187/188

**LUIZ JOSÉ DE SAMPAIO** - Ocupou interinamente, de 1831 a 1834, o ofício de Juiz da Alfândega de Recife. Havia sido escrivão da Câmara de Olinda em 1824. FONTES:- Anais Pernambucanos, 9:126 e 188 - O Typhis Pernambucano, 228.

**JÁCOME GERARDO MARIA LUMACHI DE MELO** - Foi o último Juiz da Alfândega de Recife, ocupando esse cargo interinamente até janeiro de 1835, quando passou o comando ao primeiro Inspetor da Alfândega Manoel Zeferino dos Santos. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9:188.

### Inspetores da Alfândega

**MANOEL ZEFERINO DOS SANTOS** - Nomeado em 14 de Outubro de 1834, foi empossado em janeiro de 1835, mantendo-se no cargo até 1839. Era pernambucano, foi deputado às Cortes Constituintes de 1821, e depois deputado geral já no Império. Governou a Província de Pernambuco de 14 de novembro de 1832 a 30 de setembro de 1833, como seu quinto Presidente. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9:162 e 188.

**VICENTE THOMAZ PIRES DE FIGUEIREDO CAMARGO** - Mineiro, foi Inspetor da Alfândega de Pernambuco de 1839 a 1843. Depois disso governou Pernambuco, como Vice-Presidente, de 11 de abril a 1º de junho de 1835, e 1º de janeiro de 1837 até 2 de dezembro do mesmo ano. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9: 163 e 188.

**MIGUEL ARCHANJO MONTEIRO DE ANDRADE** - Dirigiu a aduana pernambucana de 1843 a 1849. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9:188.

**LUIZ ANTÔNIO DE SAMPAIO VIANA** - Foi Inspetor da Alfândega de Recife em 1849. Depois disso ocupou altos cargos na administração fazendária, tendo sido Diretor-Geral da Tomada de Contas de 1861 até 25 de novembro de 1862, data em que foi nomeado Diretor-Geral de Rendas Públicas. Faleceu nesse cargo em 16 de abril de 1863. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9:188 - Diário Oficial.

**BENTO JOSÉ FERNANDES BARROS** - Dirigiu a aduana pernambucana de 1850 a 1862. Em 29 de agosto de 1838, junto com Francisco Sérgio de Matos e Manuel Coelho Cintra, requereu privilégio para criar uma companhia de abastecimento de água para a cidade de Recife, captando um afluente do Beberibe, o que se

realizou nos anos seguintes. Em 25 de fevereiro em 1863 era Inspetor interino da Alfândega do Rio de Janeiro. Presume-se que seja o mesmo Bento Fernandes Barros que foi mais tarde Juiz de Direito em Joinville, Santa Catarina. FONTE:- Anais Pernambucanos, 9:188 e 10:122 - Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico, 1:397 - Relatório do Ministério da Fazenda de 1862 - anexo B.

**ANTÔNIO EULÁLIO MONTEIRO** - Nomeado Inspetor da Alfândega de Recife em 22 de novembro de 1862, foi dispensado desse cargo em 9 de abril de 1863. Exerceu interinamente a chefia da aduana do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1859. Em 1874, era Ajudante do Inspetor da mesma alfândega. FONTES:- Relatório da Comissão de Inquérito na Alfandega da Corte, 73 - Manual do Empregado da Fazenda, 1874:294 - Diário Oficial.

**FÁBIO ALEXANDRINO DE CARVALHO REIS** - Nomeado Inspetor da Alfândega em 9 de abril de 1863. Maranhense de Itapicuru-Mirim, onde nasceu a 13 de outubro de 1815, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1838. Nomeado Coletor-Geral das Rendas do Maranhão em 1840, passou a Procurador Fiscal em 1842. Dez anos depois, o Visconde de Itaboraí, seu adversário político, o nomeou Inspetor da Alfândega do Pará. Em 1863, foi removido para igual cargo em Recife, e, em 1864, para a chefia da aduana carioca. Foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro até 1867, quando deixou o serviço público, por ter sido removido para o Rio Grande do Sul. Reintegrado em 1872, foi nomeado Inspetor da Alfândega de Recife, de onde passou, em 1882, para a da Bahia, aposentando-se a seguir. Faleceu no Rio de Janeiro em 1890. Foi deputado no Maranhão e deixou numerosas obras publicadas. FONTE:- Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico, 2:317 - Manual do Empregado da Fazenda.

**EMÍLIO XAVIER SOBREIRA DE MELLO** - Dirigiu a alfândega pernambucana de 1869 a 1871. Foi também Inspetor da Tesouraria de Pernambuco de 1872 a 1875. Em 1876 era Chefe de Seção na Alfândega do Rio de Janeiro. Depois, em 1885, foi Diretor-Geral das Rendas Públicas, interino. Publicou "Impostos Provinciaes", editado em 1883 pela Typographia Nacional. O governo imperial lhe conferiu a honraria de Comendador da Ordem da Rosa. FONTE:- Manual do Empregado da Fazenda, 1876-1885 - Impostos Provinciaes, 5.

**FÁBIO ALEXANDRINO DE CARVALHO REIS** - Novamente Inspetor da Alfândega de Pernambuco de 1873 a 1878.

**SILVINO ELVÍDIO CARNEIRO DA CUNHA** - Inspetor da Alfândega da Paraíba em 1875, 1881 e 1887, deputado geral, serviu como Inspetor da Alfândega de Pernambuco em 1878. FONTE: - Manual do Empregado da Fazenda.

**ANTÔNIO IGNÁCIO DE MESQUITA NEVES** - Servia interinamente em março de 1880, ocasião em que teve violento incidente com os funcionários da Guardamoria,

que resultou num inquérito contra estes. Absolvidos no inquérito, os servidores abriram campanha pela imprensa contra Mesquita Neves, que os suspendeu. O Tribunal do Tesouro Nacional, entretanto, declarou ilegal essa penalidade, recomendando ao Inspetor interino que procedesse pelas vias judiciais. Mesquita Neves era alagoano, nascido em 1824, foi professor primário em Maceió até 1857, quando passou a Conferente da Caixa de Amortização do Rio de Janeiro. Serviu nesta durante dez anos, exceto por um breve período em 1858, quando foi Inspetor da Alfândega de Porto Alegre. Transferido para o cargo de Ajudante da Alfândega de Alagoas, foi depois, sucessivamente, Inspetor da Alfândega de Porto Alegre, em 1873, do Maranhão em 1878 e 1879, e de Santos em 1880. Foi depois Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro. Era poeta e jornalista e Oficial da Ordem da Rosa. FONTES:- Sacramento Blake, Dicionario Bibliographico Brasileiro - Diario Official - Leis e Decisões do Brasil, 1880 - Manual do Empregado da Fazenda, 1876.

**CÂNDIDO FABRÍCIO GOMES DE CASTRO** - Substituiu Mesquita Neves interinamente, após o incidente retro referido, em abril de 1880. Era 1º Escrivário da Tesouraria de Pernambuco. Havia sido Inspetor da Tesouraria da Província de Alagoas em 1873 e da Tesouraria da Província do Ceará em 1875. FONTE:- Leis e Decisões do Brasil, 1880 - Manual do Empregado da Fazenda, 1876.

**GUSTAVO ADOLPHO DE SÁ** - Doutor, era o Inspetor da Alfândega de Recife em 1881. FONTE:- Manual do Empregado da Fazenda.

**JOÃO CURVELO CAVALCANTI** - Carioca, bacharel em Direito pelo Recife, chefe da Recebedoria do Tesouro Nacional, serviu na guerra do Paraguai, pelo que recebeu a patente de tenente-coronel honorário do Exército. Em 1876 era 2º Escrivário da Recebedoria do Rio de Janeiro. Serviu como Inspetor da Alfândega de Recife em 1882. Nomeado Inspetor da Alfândega de Santos em 13 de janeiro de 1883, foi removido em agosto desse ano de volta para o mesmo cargo na Alfândega de Recife, onde serviu até 1885. Exerceu também o cargo de Inspetor da Alfândega de Porto Alegre. Foi também encarregado de numerar os prédios do Rio de Janeiro. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo, condecoração conferida pelo Império. FONTES:- Sacramento Blake, Dicionario Bibliographico Brasileiro - Manual do Empregado da Fazenda, 1882.

**IGNÁCIO JOAQUIM DE SOUZA LEÃO (DEPOIS BARÃO DE SOUZA LEÃO)** - Bacharel, serviu como Inspetor da Alfândega de Recife de 1887 a 1889, pelo menos. Governou Pernambuco, como Vice-Presidente da Província, de 27 de outubro a 7 de novembro de 1887, de 4 de fevereiro a 16 de abril de 1888 e de 24 de abril a 20 de junho de 1889. Foi candidato a Senador por duas vezes. FONTES:- Manual dos Empregados da Fazenda, 1888/1889 - Anais Pernambucanos, 9:174, 175, 211, 221 e 341.

**JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA** - Dados imprecisos. Foi Inspetor da Alfân-

dega de Pernambuco, talvez nos primeiros tempos da República. Antes havia sido Inspetor da Alfândega de Aracaju em 1867 e do Maranhão, para a qual foi nomeado em 15 de abril de 1868, mantendo-se no cargo até 1869, pelo menos. FONTE:- Diário Oficial.

**DR. ALEXANDRE DE SOUZA PEREIRA DO CARMO** - Mencionado como Inspetor da Alfândega de Recife de novembro de 1894 a maio de 1898. Havia sido Administrador da Recebedoria de Recife de 1882 a 1889, quando esse órgão foi extinto. Ficou adido à alfândega local. Foi depois Delegado Fiscal do Tesouro Nacional em Pernambuco, cargo do qual foi dispensado em 31 de março de 1900. FONTE:- Diário Oficial da União - Manual do Empregado da Fazenda, 1882/1889.

**HORMINO RODRIGUES LOUREIRO FRAGA** - Em 1884 era 2º Escriturário da Alfândega de Manaus. Serviu como Inspetor da Alfândega do Recife de 1897 a 1901. Foi também Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro de 1909 a 1910. FONTE:- Manual do Empregado da Fazenda, 1884 - Diário Oficial da União.

**MANOEL ANTONINO DE CARVALHO ARANHA** - Dirigiu a aduana de Recife de 1903 até ser dispensado em 12 de Abril de 1905. Fora Inspetor da Tesouraria da Província do Maranhão em 1887. Antes, em 1883, havia sido Contador dessa mesma Tesouraria. FONTES:- Diário Oficial da União - Manual do Empregado da Fazenda.

**BATISTA FRANCO** - Seu nome completo era Honório Alonso Baptista Franco; Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro de 1876 a 1884. Ao que parece serviu duas vezes como Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, a primeira em 1898 e a segunda em 1905. Ainda em 1905, teria exercido o cargo de Inspetor da Alfândega de Pernambuco. Em 1909, presidia concurso no Ministério da Fazenda, na qualidade de "Inspetor extinto da Alfândega do Rio de Janeiro". FONTES:- Manual do Empregado da Fazenda, 1876/1884 - Diário Oficial da União.

**MANOEL PINTO DA FONSECA** - Nomeado Inspetor da Alfândega de Recife em 12 de abril de 1905. Pouco tempo depois de nomeado entrou em polêmica com o Inspetor da Fazenda Manoel Jansen Muller, que transbordou para a imprensa do Rio de Janeiro e deu margem à publicação de um livro por Jansen Muller, intitulado "As Façanhas de Manoel Pinto da Fonseca", editado em 1913 em Lisboa.

Manoel Pinto da Fonseca, que tinha o título de Coronel (certamente da Guarda Nacional), manteve-se no cargo até 1908. FONTES:- Diário Oficial da União - Manoel Jansen Muller, As Façanhas de Manoel Pinto da Fonseca.

**JOÃO CLÍMACO DE MELLO** - Era o Inspetor da Alfândega de Recife em janeiro de 1913. Antes havia sido Inspetor das alfândegas de Uruguaiana, em 1906 e 1907, e de Rio Grande, para a qual fora nomeado em 2 de fevereiro de 1910. Depois foi mais tarde Inspetor da Alfândega de Pelotas, da qual foi dispensado em 14 de

fevereiro de 1931, para assumir o cargo de Superintendente do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul. FONTE:- Diário Oficial da União.

**ANTÔNIO FILETO DE SAMPAIO MARQUES** - Nomeado Inspetor da Alfândega de Recife em abril de 1913 e dispensado em 19 de junho do mesmo ano. FONTE :- Diário Oficial da União.

**MANUEL DE FREITAS ARRUDA** - Nomeado em 19 de junho de 1913, esse ato foi tornado sem efeito em 26 de junho de 1913. FONTE:- Diário Oficial da União.

**FELINTO ELYSIO DOS SANTOS** - Nomeado em 26 de junho de 1913 em lugar do anterior, que não chegou a assumir. FONTE :- Diário Oficial da União.

**MISAEEL FERREIRA PENNA** - Nomeado Inspetor em 17 de setembro de 1919. FONTE:- Diário Oficial da União.

**XISTO VIEIRA FILHO** - Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Amazonas, em 1917, foi, depois, Inspetor das Alfândegas de Recife, em 1922, e de Santos, em 1926. Em 5 de dezembro de 1922 foi nomeado Delegado Fiscal do Tesouro Nacional em Pernambuco, cargo do qual foi dispensado em 3 de janeiro de 1926. Em dezembro de 1930 era Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro. Foi nomeado Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1941, permanecendo no cargo até 1945. Foi também Diretor-Geral da Fazenda Nacional, no Governo Dutra, ao tempo do Ministro Correa da Costa. FONTE:- Diário Oficial da União.

**JOSÉ HYPPOLITO PEREIRA** - Nomeado em 10 de março de 1926. FONTE:- Diário Oficial da União.

**ULYSSES OCTACÍLIO CAJAZEIRAS** - Provido no posto de Inspetor da Alfândega de Recife em 12 de novembro de 1926 . FONTE:- Diário Oficial da União.

**JOSÉ DOS SANTOS LEAL** - Nomeado Inspetor da Alfândega de Pernambuco em 25 de março de 1930. Havia sido Inspetor das Alfândegas de Porto Alegre, em 1928, e de Manaus, em 1929. Em dezembro de 1930 foi novamente transferido para o posto de Inspetor de Porto Alegre. Em 27 de março de 1931 voltou a ser Inspetor de Recife, de onde saiu em 18 de maio de 1932, removido para o Rio de Janeiro. Foi um dos que ficou maior tempo no posto de Inspetor da Alfândega carioca. Nomeado em 6 de julho de 1932, nele permaneceu até 1937. FONTE:- Almanaque do Pessoal do Ministério da Fazenda, 1933.

**HILDEBRANDO NEWTON BARCELLOS** - Deste só se sabe que foi dispensado em 18 de novembro de 1930. FONTE:- Diário Oficial da União.

**JOÃO AUGUSTO DE ATHAYDE** - É provável que nem tenha assumido o cargo de Inspetor de Recife, já que na mesma data foi nomeado para igual cargo na

aduana de Parnaíba, onde permaneceu até 31 de julho de 1931. Foi nomeado Inspetor da Alfândega de Paranaguá em 17 de maio de 1932, e em 1943 era Inspetor da Alfândega da Bahia. FONTE:- Diário Oficial da União.

**JAPHET VALLE PORTO DA MOTTA** - Antigo Inspetor da Alfândega do Maranhão, para a qual foi nomeado em 2 de abril de 1921, exerceu o mesmo cargo em Recife entre 28 de novembro de 1930 e 27 de março de 1931, data em que foi designado para chefiar a aduana de Porto Alegre. FONTE :- Diário Oficial da União.

**JOSÉ DOS SANTOS LEAL** - Segundo período de Leal em Recife: nomeado em 27 de março de 1931 e dispensado em 18 de maio de 1932. FONTE:- Diário Oficial da União.

**ALBERTO SOLANO CARNEIRO DA CUNHA** - Inspetor das aduanas de Maceió, em 1923, de Fortaleza em 1926, e de Santos, para a qual fora nomeado por decreto de 30 de julho de 1931, chefiou a alfândega de Pernambuco a partir de 5 de maio de 1932. FONTES:- Diário Oficial da União - Uma Dinastia Multisecular, in: Tributação em Revista, 3:44.

**TANCREDO MESQUITA LIMA** - Foi nomeado Delegado Fiscal do Tesouro Nacional em Sergipe em 25 de setembro de 1931. Chefiava a aduana de Pernambuco em 1943. FONTE:- Diário Oficial da União - Indicador da Administração Pública, 1943.

**MANOEL ADOLFO PEREIRA GOMES** - Ocupou o cargo de Inspetor da Alfândega de Recife até 23 de setembro de 1954, data em que foi dispensado. FONTE :- Diário Oficial da União.

**HUMBERTO DE OLIVEIRA FERNANDES** - Era Inspetor da Alfândega de Natal em 1943. Dirigiu a alfândega de Recife de 1945 a 1948 pelo menos. Voltaria a ser nomeado para esse cargo em 23 de setembro de 1954. FONTE:- Indicador da Administração Pública Federal, 1948.

**HUMBERTO DE OLIVEIRA FERNANDES** - Segundo período; nomeado em 23 de setembro de 1954. FONTE:- Diário Oficial da União.

**CARLOS HUGO PRAUN** - Inspetor da Alfândega de Recife até 21 de maio de 1963, data em que foi dispensado do cargo. FONTE:- Diário Oficial da União.

**ELIAS DE MEDEIROS LIMA** - Nomeado para dirigir a aduana de Pernambuco em 21 de Maio de 1963, exerceu o cargo até 24 de agosto de 1964. FONTE:- Diário Oficial da União.

**OSMAR BARBOSA PEREIRA DE LIRA** - Nomeado em 24 de agosto de 1964 exerceu o cargo até 1965 pelo menos. FONTE:- Diário Oficial da União.

**ORLANDO AUGUSTO DE FIGUEIREDO** - Foi o último Inspetor da Alfân-

dega de Recife, em 1968, na ocasião em que foi criada a Secretaria da Receita Federal e incorporada a aduana à recém-criada Delegacia da Receita Federal.

### **Administrador da Alfândega**

**ORLANDO AUGUSTO DE FIGUEIREDO** - Por um breve período no final de 1968 e começo de 1969 existiu o cargo de Administrador da Alfândega, ocupado pelo último Inspetor da mesma, conforme publicação de 23 de janeiro de 1969. FONTE:-.Diário Oficial da União.

### **Delegados da Receita Federal**

**JOSÉ VICENTE GARCIA DE OLIVEIRA MARTINS** - Primeiro Delegado da Receita Federal de Recife, exerceu esse cargo nos anos de 1969 e 1970. Ocupou depois vários cargos de destaque na Secretaria da Receita Federal, tendo sido Superintendente da Receita Federal da 4ª Região Fiscal por duas vezes, de 1970 a 1974 e de 1989 a 1990.

**PEDRO DARIO COELHO SAMPAIO** - Delegado da Receita Federal de Recife de 1970 a 1972, foi depois Diretor da Escola de Administração Fazendária em Brasília. Havia sido em 1969 e 1970 Delegado da Receita Federal em João Pessoa.

**MIGUEL PIRES DE SOUZA** - Delegado da Receita Federal de Recife de 1972 a 1974.

**EDSON JOSÉ DA SILVA** - Delegado da Receita Federal de Recife de 1975 a 1979.

### **Inspetores da Receita Federal**

**DJALMA DE ANDRADE BELLO** - Foi primeiro Inspetor da Receita Federal do Porto de Recife, nos anos de 1978 a 1986.

**DIRCEU FORTES LINS E SILVA** - Foi Inspetor do Porto do Recife entre 1986 e 1990.

**JOAQUINA MARIA TOMAZ RIBEIRO RAMOS** - Dirigiu a Inspeção da Receita Federal do Porto do Recife de 1990 a 1991.

**OTACÍLIO DANTAS CARTAXO** - Foi Delegado da Receita Federal em Natal de 1979 a 1985. Ocupou o cargo de Inspetor da Receita Federal no Porto do Recife de 1991 a 1992. Depois foi Superintendente da Receita Federal da 4ª Região Fiscal e Coordenador do Sistema de Controle Aduaneiro.



## Inspetores da Alfândega

**BENEDITO NUNES PEREIRA FILHO** - Primeiro a ocupar o cargo de Inspetor da Alfândega de Recife depois de sua restauração em 1992 até 1994.

**CARLOS FERNANDO FIGUEIREDO BARROS** - Dirigiu a aduana de Recife de 1994 a 1996.

**JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO** - Dirigiu a aduana do Recife em 1999.

**MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES FALCÃO** - Desde 1999 vem dirigindo a alfândega pernambucana.

## OUTRAS ADUANAS

**ALFÂNDEGA DO ALGODÃO DE RECIFE** - Nome dado à Mesa de Inspeção de Pernambuco, por decreto de 11 de janeiro de 1819, mas que já era usado vulgarmente desde 1799. A Mesa de Inspeção era um órgão colegiado, criado em 1750, especializado em produtos de exportação como o tabaco, o açúcar e o algodão. Cobia-lhe fiscalizar e classificar a qualidade dos produtos exportados, além de cobrar certos tributos sobre o comércio exterior. Não foi possível apurar qual o nome do cargo do encarregado de chefiá-la, antes de 1822, mas as mesas de inspeção eram dirigidas por um colegiado do inspetores. A partir de 1822 havia um "juiz e administrador" encarregado de gerí-la. Havia, igualmente, um Guarda-Mor, a quem competia dirigir a fiscalização.

*Juiz e Administrador*  
*- José Fernandes Gama - 1822*

**ALFÂNDEGA DO TABACO DO RECIFE** - A Aduana do Tabaco de Recife também foi criada em 1702, como a da Bahia, e da mesma forma que esta, era dirigida por um Superintendente do Tabaco. Igualmente, em 1751, passou a ser supervisionada pelos inspetores da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco de Pernambuco. Deve ter sido extinta também em 1827.

**ALFÂNDEGA DE ITAMARACÁ** - Também era muito antiga, remontando a antes de 1540. Em 1628, estava instalada na própria Ilha de Itamaracá, no local onde existia a Vila da Conceição. Ainda estava lá em 1697. Um dos seus primeiros servidores foi Jordão Fernandes, que nela trabalhava em 1549. Antes dele, porém, em 1546, Bartolomeu Rodrigues era Alcaide do Mar e Guarda dos Navios em Itamaracá. Deve ter sido extinta no século XVIII, quando a Capitania de Itamaracá foi incorpora-

da a Pernambuco (possivelmente em 1760, quando foi abolida a sua Provedoria da Fazenda Real). Como a maioria das alfândegas da época, a de Itamaracá integrava a Provedoria da Fazenda Real da capitania, cujo Provedor acumulava as funções de Juiz da Alfândega. Hoje não há qualquer repartição fazendária em Itamaracá. (FONTES: FERNANDES GAMA, Memórias Históricas da Província de Pernambuco, 47 - DHBN, 20:164; ,35:46 e 84:27).

*Juízes da Alfândega de Itamaracá*

- *João Gonçalves (não assumiu - 1549)*
  - *Diogo Gonçalves Vieira - 1556*
  - *Pedro Rodrigues Anzullo - 1557*
  - *Afonso Rodrigues Bacelar - 1564*
  - *Miguel Gonçalves Vieira - 1577*
    - *Bento Cabral - 1600*
  - *Domingos Cabral Bacelar - 1617*
    - *Antônio Pereira - 1645*
    - *João Velho Barreto - 1670*
    - *Roque Ferreira - 1673*
    - *João Lopes Vidal (I) - 1699*
    - *João Lopes Vidal (II) - 1722*

**BIBLIOGRAFIA**

- BERREDO, BERNADO PEREIRA DE, *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*. 2ª ed.
- BUESCU, MIRCEA, *Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império*. Brasília: FUNCEP, 1984.
- CARNEIRO DE MENDONÇA, MARCOS, *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal de Cultura, 1972, 2v.
- CARRERA, LIBERATO DE CASTRO, *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, 1980.
- CAVALCANTI, AMARO, *Elementos de Finanças*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.
- COSTA, F. A. PEREIRA DA, *Anais Pernambucanos*. Recife: Governo de Pernambuco/FUNDARPE, 1983, 11v.
- FLEIUSS, MAX, *História Administrativa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S.Paulo, s.d.
- GAMA, J. B. Fernandes., *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, Recife: Arquivo Público Estadual, 1977, 2v.
- GODOY, JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE, e MEDEIROS, TARCÍZIO DINOÁ, *Catálogo das Repartições Fazendárias do Brasil - Período Colonial* (inédito)
- LIMA, Ebion de, *A Congregação do Oratório no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1980.
- MULLER, MANOEL JANSEN, *Façanhas do Sr. Manoel Pinto da Fonseca*. s.l., s.ed., s.d.
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, *Catálogo de Dirigentes da Receita Federal*. Organizado por GODOY, JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE, e MEDEIROS, TARCÍZIO DINOÁ, Brasília: Secretaria da Receita Federal, 1993.
- VICENTE DO SALVADOR, FREI, *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.



**DOCUMENTAÇÃO**

- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL - 109 volumes
- A REFORMA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E SUA METODOLOGIA - RELATÓRIO FINAL. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965
- CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA NACIONAL - 4 volumes.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL - 3 volumes, Brasília: UNB, 1981.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (de 1834 a 1994, inclusive o Correio Oficial e a Gazeta Oficial)
- DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL - 110 volumes
- GALERIA NACIONAL - VULTOS PROEMINENTES DA HISTÓRIA BRASILEIRA. Editado pelo Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1932.
- INDICADOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1948. DASP.
- LEIS DO BRASIL -1808 a 1994.
- LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL
- MANUAL DO EMPREGADO DE FAZENDA, organizado por Augusto Frederico Colin, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865-1889.
- NOVA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DAS ALFÂNDEGAS E MESAS DE RENDAS, edição organizada por Antônio Campos. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Editor, 1958.
- PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL - 40 volumes
- RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA -1914.
  
- Além de informações verbais da colega Lindomar, cuja colaboração agradecemos.